

Tendo em vista os diversos escândalos de natureza contábil-financeira nas Instituições Públicas e Privadas nos últimos 30 anos, surge cada vez mais a necessidade de criar e inovar mecanismos, subsídios e departamentos que “devem assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros” (CFC, 2003, p.397), e promover a transparência nas negociações e informações, ou seja, a chamada Governança Corporativa. Os escândalos ocorridos nos EUA na última década em companhias abertas, ou seja, que possuem valores mobiliários registrados na SEC – Securities and Exchange Commission, admitidos à negociação nas bolsas de valores norte-americanas, geraram prejuízos bilionários e consequentes quebras de grandes organizações, e com um sério agravante, estavam envolvidas nessas fraudes empresas de Auditorias Externas que figuravam no ranking daquelas que eram denominadas as “top-five”, isto é, as cinco maiores do mundo, o que colocou em dúvida até a própria confiança nos seus trabalhos executados.

O Brasil sofreu recentemente prejuízos bilionários em fraudes de organização bancárias e a mídia tem divulgado continuamente diversos escândalos de desvios monetários envolvendo instituições Hospitalares. Em matéria divulgada pela Folha de São Paulo em 28 de outubro de 2011, segundo dados apresentados pelo SAS Institute, “as fraudes globais em sistemas de saúde atingem anualmente US\$ 800 bilhões e já são cem vezes maiores do que os crimes cometidos contra sistemas financeiros [...] e, apesar dos números alarmantes, o setor ainda investe pouco em ferramentas de proteção”.

Tais fatos reforçam e ampliam a demanda pela excelência dos controles internos, a fim de resguardar as instituições desses eventos.

É muito importante que o administrador tenha uma percepção “visionária” se adiantando quanto às necessidades da instituição de proteger seus ativos (bens e direitos), implementando sistemas de controle eficazes.

Os erros e fraudes que geram como consequência, inesperados custos às organizações, têm como uma das mais consideráveis causa a falta de um adequado e eficiente controle interno. Não são poucas as organizações que não se previnem, isto é, não se adiantam na criação de estruturas capazes de evitar um escoamento de seu investimento de capital ou mesmo a rentabilidade gerada por este, por não mapearem e diagnosticarem fragilizados controles em setores, atividades e bens.

A informalidade e a lentidão com que a administração trata ou acompanha o crescimento de uma organização por vezes também dão margem ou ainda, elevam as possibilidades de riscos relativos ao controle das atividades e do seu patrimônio, tendo em vista que, quanto maior se torna a instituição cada vez menor se torna a possibilidade do administrador estar presente e acompanhando seu desenvolvimento integral.

(Rodrigo Ronald H. Silva)